

Disposição da Nação de salvar-se

Gostaríamos de poder dizer que o País venceu a sua pior recessão do pós-guerra. Há elementos para isso: o produto real cresceu 4,36% no primeiro trimestre de 1993, taxa que deve ser reeditada no segundo trimestre, e não se prevêem recuos significativos na última parte do ano. Assim, o produto real apresentaria, ao fim de dezembro, um aumento de cerca de 4%, um considerável avanço em relação a 1992, quando o PIB expandiu-se 0,99%, taxa inferior à média anual de crescimento demográfico (1,93%).

Os indicadores da produção industrial vêm apresentando números surpreendentes. Em maio, a produção nacional de veículos alcançou a marca recorde de 124 mil unidades, o que é tanto mais significativo porque o incremento não se deve à exportação. Segundo a Anfavea, o mercado interno de automóveis cresceu 47% nos primeiros cinco meses de 1992.

Por falar em exportação, o movimento continua muito bom, a julgar pelos registros cambiais. Em maio, o saldo cambial foi o mais elevado desde outubro de 1992: US\$ 1,8 bilhão, resultado para o qual concorreram de-

cisivamente fechamentos de câmbio para a exportação da ordem de US\$ 3,186 bilhões.

Ainda não foi batido o martelo nas negociações do País com os bancos credores, mas nem por isso os títulos brasileiros deixaram na semana passada de alcançar cotações excepcionais. A credibilidade que vai conquistando aqui e no exterior a nova gestão da política econômica tem, certamente, algo a ver com isso.

Esses fatos são rigorosamente verdadeiros, mas não nos arriscaríamos a dizer que deixamos a recessão para trás, simplesmente porque um país que não consegue regularizar as suas finanças — e nós ainda estamos bem longe de consegui-lo — não pode avançar com confiança rumo ao desenvolvimento. Como advertiu o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, “não podemos nos dar ao luxo de dizer que vamos crescer, e deixar a inflação como está, pois o crescimento econômico precisa estar adequado às necessidades

prementes de termos uma política fiscal severa”.

É transparente a intenção do governo de sanar essa deficiência, mas isso exige, a curto prazo, articulações políticas muito bem concatenadas. Do lado da receita, a reativação da economia, junto com um combate tenaz à inflação, pode ajudar, mas não basta. Como tábua de salvação, o IPMF precisa ser logo aprovado e talvez o Congresso tenha de ser convocado extraordinariamente para isso. Do lado das despesas, está claro que não há como escapar a drásticos cortes em um orçamento tumefacto e não há mais tempo a perder para que se chegue a um acordo para a rolagem das dívidas dos estados e municípios.

Isso é o mínimo que se pode exigir para tornar as finanças públicas administráveis. Muito mais será necessário para regularizá-las de forma firme e consistente. A médio prazo, o País deve ter a coragem de empreender uma verdadeira reforma fiscal, que, acima

dos interesses particularistas, tenha em mira os da coletividade. É imprescindível que se eliminem as desigualdades na distribuição da carga tributária e se faça uma nova divisão das receitas entre a União e as unidades federativas, acoplada a uma transferência equitativa dos encargos.

Se isso for feito, aí, sim, o País poderia marchar para o desenvolvimento sustentado. A equipe econômica, com o apoio do presidente Itamar Franco, está empenhada a fundo nessa batalha, como disse o ministro Fernando Henrique Cardoso no encontro que manteve, na sexta-feira, com empresários paulistas. Mas a disposição de acertar em definitivo as contas públicas e reaparelhar o Estado para o exercício de suas funções depende, essencialmente, do conjunto da sociedade, que pode ser motivado pela colaboração efetiva dos empresários.

Precisamos tomar consciência de que não há salvadores da pátria, segundo comentou o ministro. O melhor que pode haver, como já se vem sentindo neste momento crucial, é a disposição da Nação de salvar-se. Esta é a vontade política que realmente conta.